

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10.

- 1 A última Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em parceria com o Ministério da Saúde, aponta dados preocupantes em relação à saúde da criança, que, seguindo os passos da vida moderna de pais e familiares, alimenta-se de maneira inadequada. O estudo indica que três em cada dez bebês brasileiros tomam refrigerante antes dos dois anos de idade, e o consumo frenético de alimentos industrializados pode afetar a saúde bucal das crianças e de seus pais.

O cirurgião-dentista Érico Castaldin Fraga Moreira, da Clínica de Reabilitação Oral, Nutrição e Saúde, explica que o consumo de alimento de alta densidade energética, com alto teor de gordura e açúcares, no Brasil, inicia-se cada vez mais cedo. “Dados da última Pesquisa Nacional de Saúde apontam que praticamente um terço das crianças menores de dois anos consomem refrigerantes ou sucos artificiais regularmente e mais de 60% consomem alimentos de alta adesividade, como biscoitos, bolachas e bolos, que também são fontes muito significativas de açúcar e gordura. Outro consumo alarmante de crianças nessa faixa etária é o de balas e pirulitos, que permitem a entrada lenta e frequente de açúcar no organismo”, lamenta o profissional da saúde bucal.

A alimentação de baixa qualidade nutricional favorece o surgimento de cáries, seja pela presença de açúcares, seja pela alteração do pH bucal, em razão do consumo de refrigerantes e bebidas carbonatadas. Também é preciso considerar que o consumo de refrigerante ocorre, muitas vezes, em substituição ao consumo de água, o que propicia uma hipossalivação, além de promover o consumo frequente de açúcar, o que, por sua vez, impede o efeito tampão. “Vale lembrar que este padrão alimentar só piora com o aumento da idade. Sabe-se que crianças mais crescidas ingerem ainda mais refrigerantes e consomem com mais frequência alimentos industrializados, como salgadinhos empacotados e biscoitos, alimentos que não exigem muito da mastigação e aderem facilmente à superfície dentária”, elucida o mestre em prótese dentária. “Diante deste cenário, são necessárias ações conjuntas que envolvam a família, a escola, a comunidade e a indústria alimentícia, para promover hábitos de vida saudáveis, assim como os cirurgiões-dentistas precisam continuar enfatizando a necessidade de uma alimentação saudável e a prevenção da perda dentária, garantindo mais qualidade de vida”, completa.

Dr. Érico explica, ainda, que as deficiências nutricionais predispõem o indivíduo a uma maior susceptibilidade às doenças periodontais, devido às alterações no sistema imune, que é modulado por diversos nutrientes. A patogênese da doença periodontal envolve bactérias e a resposta do hospedeiro aos subprodutos de bactérias (toxinas e enzimas), aliada a fatores comportamentais, influencia a gravidade e a progressão da doença. “Influências sistêmicas incluem diabetes, estresse, doenças cardiovasculares, osteoporose, o estado imunológico do hospedeiro e patógenos associados à doença periodontal na flora subgengival. Outros fatores de risco comportamentais incluem a má higiene bucal, o uso de tabaco e a dieta”, acrescenta o especialista.

Segundo o cirurgião-dentista, o treinamento de dentistas em nutrição e a formação de nutricionistas em saúde oral ainda são limitados. “Já está mais do que sedimentado que a colaboração entre os profissionais da nutrição e da odontologia é recomendada para promoção de saúde bucal e sistêmica. A relação entre saúde e doença oral e nutricional requer a atenção e consideração de todos os profissionais de saúde”, finaliza.

Vanessa Navarro. **A nutrição como aliada da saúde bucal**. Internet: <www.localodonto.com.br> (com adaptações).

No que se refere ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 7.

- 1 No texto, estruturado em forma dissertativa, são apresentados dados alarmantes a respeito da qualidade da nutrição de crianças brasileiras.
- 2 De acordo com o texto, a substituição do consumo de água pelo de refrigerante favorece uma baixa de produção de saliva.
- 3 Os vocábulos “cáries”, “água” e “frequência” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 4 O vocábulo “seguindo” (linha 2) classifica-se como conjunção conformativa, sinônimo de **conforme**.
- 5 Em “Sabe-se” (linha 16), a partícula “se” indica que o sujeito da oração é indeterminado.
- 6 O emprego do acento grave, indicativo de crase, em “às doenças periodontais” (linhas 23 e 24), justifica-se pela regência do termo “susceptibilidade” (linha 23) e pela presença do artigo definido que determina o substantivo “doenças” (linha 24).
- 7 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso fosse inserida uma vírgula após o termo “nutricional”, em “A relação entre saúde e doença oral e nutricional” (linha 32), dada a repetição do conector “e”.

Com relação à correção gramatical e à coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de **8 a 10**.


- 8** “que” (linha 5) por **onde**.
9 “continuar” (linha 20) por **continuarem**.
10 ““Já está mais do que sedimentado”” (linha 31) por **É notório**.

Considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial, julgue os itens **11 e 12**.

- 11** Os funcionários desse setor estão convidados a participar do seminário Atenção à Saúde Bucal, a ser realizado nos dias 2 e 3 de setembro de 2019, das 9 h às 17 h, no auditório deste Conselho Regional.
12 Ressalte-se que para a obtenção das informações solicitadas, é necessário a comprovação do devido cadastramento no Sistema Geral de Informações, conforme orientação recebida da Presidência deste Conselho.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Quanto ao programa Microsoft Word 2013, ao sistema operacional Windows 10 e aos conceitos de redes de computadores, julgue os itens de **13 a 17**.

- 13** No Word 2013, o botão , localizado na barra de ferramentas de acesso rápido, tem a função de desfazer alguma ação que o usuário considera como imprópria.
14 No modo de exibição Leitura do Word 2013, não é permitido ao usuário ampliar um determinado objeto contido no documento, já que, nesse modo, serão mostrados detalhes de impressão do referido documento.
15 Atalhos para aplicativos podem ser criados no *menu* Iniciar do Windows 10.
16 No Windows 10, não há mais o Painel de Controle, um importante recurso presente nas versões anteriores desse sistema operacional. Ele foi substituído pelo aplicativo Sistema, que contém diversas funcionalidades, como, por exemplo, personalizações e ajustes de segurança.
17 TELNET e SSH são exemplos de protocolos que permitem ao usuário acessar remotamente um computador do tipo servidor.

No que diz respeito ao programa de correio eletrônico MS Outlook 2016, aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e aos procedimentos de segurança da informação, julgue os itens de **18 a 22**.

- 18** O Outlook 2016 permite configurar uma reunião *on-line* em que os participantes possam ingressar remotamente.
19 O Outlook 2016 não aceita o uso de teclas de atalho, tendo em vista que ele é um *software* específico para envio e recebimento de mensagens.
20 Na composição do nome de um arquivo, a extensão é a última parte do nome, podendo ser exibida no ambiente Windows ou permanecer oculta quanto à sua visualização.
21 Quando o usuário estiver copiando um arquivo do disco local do computador (HD) para um dispositivo removível, como, por exemplo, um *pendrive*, não é permitido remover outros arquivos do dispositivo removível enquanto se faz a cópia. Isso se deve ao fato de que não é possível realizar mais de uma ação ao mesmo tempo entre um dispositivo físico e um removível.
22 As políticas e normas de segurança da informação são importantes para uma organização porque possibilitam que o negócio não seja prejudicado pelo mau uso da informação.

A	B	$\sim(A \vee \sim B)$	C
V	V	F	V
V	F	F	F
F	V	+	V
F	F	x	V

Considerando que a tabela-verdade acima trate das proposições lógicas A, B e C e de seus valores de verdadeiro (V) e falso (F), que a notação $\sim A$ indique a negação da proposição A e que os símbolos + e x estejam, na tabela, no lugar de valores V ou F, julgue os itens de **23 a 27**.

- 23** O valor correto no lugar do símbolo + é F.
24 O valor correto no lugar do símbolo x é V.
25 Uma possibilidade correta é $C = A \rightarrow B$.
26 Uma possibilidade correta é $C = B \rightarrow A$.
27 Uma possibilidade correta é $C = \sim A \vee B$.

RASCUNHO

3 equipes de natação, com 4 atletas cada, vão disputar uma prova de revezamento de 4 x 100 m, em uma piscina de 50 m. Os primeiros atletas de cada equipe caem na água ao mesmo tempo e cada atleta seguinte pula na água assim que seu antecessor toca na borda da piscina, depois de ir e voltar. As equipes são equilibradas, de modo que: quando o terceiro atleta de alguma equipe entra na água, os primeiros atletas de todas elas já saíram; quando o quarto atleta de alguma equipe entra na água, os segundos atletas de todas elas já saíram; e quando o último atleta entra na água, os quartos atletas das outras duas equipes estão na água. A tabela seguinte mostra as equipes, na ordem de atletas que entrarão na piscina para disputar a prova.

Atleta	Equipe 1	Equipe 2	Equipe 3
1	Tiago	Fábio	Rogério
2	Gabriel	Ivan	Rodrigo
3	Marcus	Luiz	Jorge
4	Luan	Gael	Adriano

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **28** a **32**.

- 28** Se, para nadar 100 m, Tiago levou 5 segundos a mais que Fábio, que levou 4 segundos a mais que Rogério, que fez um tempo de 0,9 minuto, então Fábio completou 100 m em 59 segundos.
- 29** Se Marcus, Luiz e Jorge entraram na piscina ao mesmo tempo e Ivan foi mais lento que Gabriel e Rodrigo, então Fábio foi mais rápido que Tiago e Rogério.
- 30** Existem $\frac{12!}{(4!)^3}$ possibilidades para 12 atletas formarem 3 equipes com 4 atletas cada.
- 31** No instante em que Gael entrou na água, existiam 6 possibilidades de combinação de outros 2 atletas que estavam na água, disputando a prova com ele.
- 32** Existem mais de 20 possibilidades de combinação de 3 atletas, simultaneamente, na água, disputando a prova.

RASCUNHO

São muitas as razões para que o Censo Demográfico em 2020 retrate, com a maior fidelidade possível, a realidade do País e de sua população. Trata-se de um investimento indispensável para que se possa fazer frente aos enormes desafios que teremos nos próximos dez anos.

Internet: <<https://brasil.elpais.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **33** a **36**.

- 33** Em abril último, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou uma redução de 25% dos gastos previstos com a realização do Censo 2020.
- 34** O IBGE, que realiza o Censo, determinou a redução do número de perguntas para 2020, visando a aumentar a produtividade e a agilizar a pesquisa.
- 35** As mudanças a serem implementadas no Censo 2020 motivaram críticas de diversos especialistas; argumentam eles que a falta de informações mais detalhadas prejudicaria as políticas públicas.
- 36** O Censo 2020 será aplicado entre agosto e outubro do ano que vem, visitando todas as residências brasileiras e compondo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O ministro da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha, Gerd Müller, se reuniu, no dia 9 de julho de 2019, às 15h30, com o ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles. De acordo com a embaixada da Alemanha, os ministros falaram sobre proteção climática, proteção da Amazônia e desenvolvimento sustentável.

Internet: <<https://g1.globo.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e refletindo sobre temas correlatos, julgue os itens de **37** a **40**.

- 37** Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em junho último, o desmatamento na Amazônia aumentou mais de 80% em relação a junho de 2018.
- 38** Não participando, até o momento, do Fundo Amazônia, a Alemanha havia mencionado a possibilidade de fazer aportes àquele instituto caso o desmatamento na região se reduza nos próximos anos.
- 39** O Brasil tem encontrado na França um aliado de suas políticas ambientais, sendo aquele país um dos maiores defensores também do acordo União Europeia-Mercosul.
- 40** Mais de 7.500 km² de floresta foram desmatados na Amazônia em 2018, sendo o Acre o estado da Amazônia Legal que, em área, mais desmatou.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Com base no Decreto n.º 1.171/1994, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** A exigência do decoro por parte do servidor diz respeito ao exercício de seu cargo ou função, mas não alcança a intimidade de sua vida privada.
- 42** O servidor público, na medida em que integra a sociedade, também é destinatário do trabalho que presta, devendo zelar, pois, por seu próprio bem-estar.
- 43** Toda ausência de servidor é desmoralizadora para o serviço público.
- 44** A perfeição é um dever esperado do servidor público.
- 45** O uso de vestimentas condignas com a função desempenhada é um dever do servidor.

Segundo o Decreto n.º 1.171/1994, julgue os itens de **46 a 50**.

- 46** A cortesia é um dever do servidor público que, descumprido, enseja automaticamente dano moral.
- 47** A necessidade de respeito à hierarquia impõe que o servidor somente represente contra desvios de que tenha notícia quando possuir provas fundadas do ato cometido por seu superior.
- 48** O servidor não pode ser conivente com erros administrativos ou de procedimento, ainda que mínimos, possuindo o dever de levá-los ao conhecimento de seu chefe imediato.
- 49** A procrastinação ou a dificuldade imposta ao exercício regular de um direito por cidadão implica em dano moral cometido pelo servidor.
- 50** A utilização dos avanços técnicos e científicos para desempenho de suas funções é um dever do servidor, que deve, para isso, manter-se atualizado.

Acerca da Lei n.º 5.081/1966, julgue os itens de **51 a 54**.

- 51** É condição para o exercício da odontologia no território nacional o registro do diploma na repartição sanitária estadual competente.
- 52** É vedado o exercício da odontologia por profissional habilitado por instituição de ensino estrangeira.
- 53** A exposição de trabalhos e serviços pelo cirurgião-dentista, em redes sociais, para captação de clientela é permitida mediante autorização do paciente cujo tratamento seja objeto da divulgação.
- 54** O cirurgião-dentista está capacitado e autorizado a aplicar anestésias local, troncular e geral.

De acordo com a Lei n.º 4.324/1964, julgue os itens de **55 a 58**.

- 55** O voto em assembleia geral de Conselho Regional é facultativo e pode ser exercido por procurador com poderes específicos.
- 56** A leitura, a discussão e a aprovação das contas da Diretoria dos Conselhos Regionais pela assembleia geral acontecerão mensalmente.
- 57** Somente se admite a advertência como pena aplicável pelos Conselhos Regionais em sua modalidade confidencial, sendo vedada a advertência pública.

- 58** A assembleia geral é constituída por todos os cirurgiões-dentistas inscritos no respectivo Conselho Regional que estejam no pleno gozo de seus direitos e que tenham, na correspondente unidade federativa, a sede principal de sua atividade profissional.

Conforme a Resolução CFO n.º 63/2005, julgue os itens de **59 a 62**.

- 59** A hipnose, como recurso eficaz para tratamento odontológico, é atividade privativa do cirurgião-dentista.
- 60** O cirurgião-dentista que permita a prática, por técnico ou auxiliar em saúde bucal, de ato que extrapole suas funções específicas responderá eticamente perante o Conselho Regional.
- 61** O técnico em prótese dentária poderá, em hipóteses específicas, prestar assistência direta e não supervisionada a pacientes.
- 62** Não se admite a prática de procedimento que exija anestesia geral em ambulatório ou em consultório.

Julgue os itens de **63 a 66**, considerando a Lei n.º 12.527/2011.

- 63** O direito de acesso à informação compreende o direito de se obter orientação sobre os procedimentos necessários a esse acesso e o local onde pode ser acessada a informação.
- 64** O direito de acesso à informação contempla os resultados de auditorias e prestações de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, alcançando inclusive períodos anteriores.
- 65** Sem prejuízo do pedido de acesso à informação, os órgãos tomarão a iniciativa de promover a divulgação de dados, independentemente de requerimento, como, por exemplo, repasses e transferências financeiros e estrutura organizacional.
- 66** A fim de se evitarem perseguições, é admitido o requerimento apócrifo e anônimo de informações.

No que concerne aos princípios administrativos, julgue os itens de **67 a 70**.

- 67** Pelo princípio da imputação, as condutas praticadas por agentes públicos são pessoalmente a eles imputadas, afastando-se do ente ou do órgão qualquer responsabilidade por eventuais danos.
- 68** Agentes públicos são somente aqueles que, por força de concurso público, estabelecem vínculo com a administração direta ou indireta.
- 69** O princípio da supremacia do interesse público é intrinsecamente ligado à indisponibilidade, isto é, à incapacidade da Administração de livremente dispor de bens e do interesse público sob sua tutela.
- 70** O princípio da continuidade do serviço público atenta, em certa medida, contra o princípio da eficiência, já que a proibição de interrupção vai contra manutenções e reparos que, no longo prazo, reverteriam em favor do interesse público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da organização da Administração Pública, julgue os itens **71** e **72**.

- 71** Agências executivas são autarquias e fundações assim qualificadas por meio de decreto do presidente da República, desde que tenham um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e que tenham celebrado contrato de gestão com o respectivo ministério supervisor.
- 72** As associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas, a partir de celebração de contrato de consórcios públicos pelas entidades federativas consorciadas, para a realização de objetivos de interesse comum.

A respeito dos atos administrativos, julgue os itens de **73** a **75**.

- 73** Os fatos administrativos voluntários podem decorrer de condutas administrativas materiais não revertidas formalmente como atos administrativos.
- 74** A convalidação tem efeitos *ex tunc* e visa a sanar um vício sanável do ato praticado anteriormente, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros. Em regra, a convalidação ocorre em relação à forma e à competência.
- 75** Suponha-se que o órgão competente tenha de apreciar, por força de lei, em reexame de ofício, uma determinada decisão proferida pelo órgão subordinado. Nesse caso, o órgão superior está dispensado de motivar o ato que manterá a decisão proferida pelo órgão subordinado.

Com relação às licitações públicas, julgue os itens de **76** a **78**.

- 76** Suponha-se que o Conselho Regional de Odontologia do Acre queira contratar notório especialista para proferir palestra de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal com o valor de R\$ 50.000,00. Nesse caso, necessariamente, o profissional deverá ser contratado mediante licitação.
- 77** Suponha-se que o Conselho Regional de Odontologia do Acre tenha recebido, em dação em pagamento, um determinado imóvel e que pretenda aliená-lo. Nesse caso, a alienação dependerá de autorização legislativa específica, precedida de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência.
- 78** Na hipótese de licitação deserta, não será possível a contratação direta de uma determinada empresa, mesmo se mantidas as condições pré-estabelecidas.

No que se refere ao controle do tribunal de contas e aos poderes públicos, julgue os itens **79** e **80**.

- 79** O controle externo da Administração Pública Federal será exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, para julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
- 80** Quando o Tribunal de Contas da União imputa multa aos responsáveis pelo uso irregular de recursos públicos, não há que se falar em recurso hierárquico para o Congresso Nacional.

Quanto aos contratos administrativos, julgue os itens de **81** a **83**.

- 81** Suponha-se que uma autarquia tenha um contrato de doze meses firmado com determinada empresa, que presta serviço de vigilância, e esteja na iminência de seu término. Nessa hipótese, o contrato poderá ser prorrogado por mais quatro períodos de doze meses, com vistas à obtenção de preços e condições vantajosas para a Administração, não havendo necessidade de nova licitação.
- 82** O regime jurídico especial dos contratos administrativos permite que a Administração Pública preveja as chamadas cláusulas exorbitantes, entre elas, a possibilidade de rescisão e modificação unilateral dos contratos, inclusive sobre seu valor, quando esses se tornarem excessivamente onerosos para a Administração Pública.
- 83** Suponha-se que os sócios administradores de uma determinada empresa, que possua um contrato administrativo em vigor com uma autarquia, tenham sido condenados definitivamente por crime doloso de frustrar o caráter competitivo da respectiva licitação. Nesse caso, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, bem como poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

Um determinado servidor público federal, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, praticou ato de improbidade administrativa que violou os princípios da Administração Pública, sem que houvesse dano ao erário, no dia 5 de março de 2012. O fato, no entanto, somente foi descoberto pela Administração Pública em 5 de janeiro de 2015, sendo que o referido servidor foi exonerado do seu cargo em comissão no dia 10 de fevereiro de 2014.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens **84** e **85** acerca de agentes públicos e improbidade administrativa.

- 84** As sanções previstas de improbidade administrativa em tela, nos termos da Lei n.º 8.429/1992, estarão prescritas em cinco anos, a contar da data do descobrimento do fato pela Administração, ou seja, em 5 de janeiro de 2020.
- 85** No caso de condenação, no processo administrativo disciplinar, em face da conduta desse servidor, não será possível a aplicação de qualquer sanção administrativa prevista aos servidores públicos da União, pois o referido servidor não mais ocupa cargo público.

Julgue os itens **86** e **87**, relativos à organização do Estado e da Administração Pública.

- 86** São bens da União as ilhas fluviais e lacustres.
- 87** Suponha-se que Antônio fosse servidor público federal, detentor de cargo efetivo e ocupante de cargo em comissão na mesma autarquia quando sobreveio sua aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade. Nesse caso, Antônio não estaria proibido de continuar a ocupar, depois de sua aposentadoria, seu cargo em comissão.

A constituição deve ser interpretada de forma a evitar contradições (antinomias, antagonismos) entre as suas normas, obrigando-se o intérprete a considerar a constituição na sua globalidade e a procurar harmonizar os espaços de tensão existentes entre as normas constitucionais a concretizar.

J. J. Gomes Canotilho. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 4.^a edição. Almedina: Coimbra, 2000, p. 1.187.

Com base no texto acima, julgue os itens **88** e **89** quanto à aplicação e à interpretação da constituição.

- 88** O texto acima refere-se ao princípio interpretativo da unidade constitucional.
- 89** O princípio da concordância prática impõe a coordenação e a combinação dos bens jurídicos em conflito, de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais e dos direitos de nacionalidade, julgue os itens **90** e **91**.

- 90** Conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, viola o princípio da liberdade religiosa a veiculação de discurso proselitista em serviço de radiodifusão comunitária.
- 91** Suponha-se que Maria seja uma brasileira nata que migrou para os Estados Unidos da América em busca de trabalho, tendo obtido a nacionalidade americana como condição para sua permanência no território daquele país. Nessa hipótese, Maria perderá a nacionalidade originária brasileira.

Com relação à organização dos poderes, julgue os itens **92** e **93**.

- 92** Suponha-se que uma autarquia estadual tenha recebido recursos federais em decorrência de convênio. Nesse caso, na condição de conveniente, a autarquia estadual, e não apenas o servidor responsável, poderá ser responsabilizada pela má gestão dos recursos públicos federais repassados.
- 93** Suponha-se que o juiz federal do Acre tenha suscitado conflito de competência com o juiz federal de Brasília. Nesse caso, caberá ao Superior Tribunal de Justiça julgar o presente conflito de competência.

No que se refere às funções essenciais à justiça, julgue os itens **94** e **95**.

- 94** De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o advogado-geral da União, quando chamado a atuar em sede de ação direta de inconstitucionalidade, deverá, necessariamente, promover a defesa da norma jurídica atacada, não lhe cabendo emissão de simples parecer, a ponto de vir a concluir pela pecha de inconstitucionalidade da norma.
- 95** Aos membros do Ministério Público é vedada a consultoria jurídica das entidades públicas.

Julgue os itens **96** e **97**, relativos ao Sistema Tributário Nacional e às finanças públicas.

- 96** As anuidades cobradas pelos conselhos profissionais são consideradas como tributos, da espécie contribuições de interesse das categorias profissionais, e devem ser instituídas por meio de lei ordinária.
- 97** As empresas estatais que exploram atividade econômica e as que prestam serviços públicos estão sujeitas ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

Acerca do poder constituinte e do controle de constitucionalidade, julgue os itens de **98** a **100**.

- 98** O Supremo Tribunal Federal entende que a iniciativa popular de emenda à constituição estadual é compatível com a Constituição Federal, embora esta não preveja essa hipótese de iniciativa.
- 99** São legitimadas à propositura de ação direta de inconstitucionalidade, entre outros, as entidades de classe de âmbito nacional, que não abrangem, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, os conselhos de fiscalização profissionais.
- 100** A Defensoria Pública da União possui legitimidade para o exercício do controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Quanto ao direito de família e às sucessões, julgue os itens **101** e **102**.

- 101** Suponha-se que Maria seja filha de Antônio e Joana, nascendo na constância do casamento, mas Joana tenha confessado adultério, afirmando que Maria não seria filha de Antônio. Nesse caso, a confissão de Joana não ilide a presunção legal da paternidade de Antônio.
- 102** O Supremo Tribunal Federal fixou, em repercussão geral, o entendimento de que é inconstitucional desequiparar, para fins sucessórios, os cônjuges e os companheiros.

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, da personalidade, da capacidade, dos direitos de personalidade e do domicílio, julgue os itens **103** e **104**.

- 103** Suponha-se que um servidor do Conselho Regional de Odontologia tenha desaparecido em um passeio de barco, estando esgotadas as buscas, e que a esposa desse servidor tenha requerido diretamente à autarquia a declaração de ausência do servidor para fins de pensão. Nesse caso, a autarquia poderá, por ato administrativo, reconhecer a morte presumida desse servidor.
- 104** Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um desses será considerado como domicílio para os atos nele praticados, independentemente de seus estatutos ou atos constitutivos.

Um segurado de saúde foi submetido a uma cirurgia. Em decorrência dessa, outros procedimentos médicos, que não eram cobertos pela apólice, foram necessários. A família do segurado acabou assinando termo aditivo ao contrato, durante o ato cirúrgico, obrigando-se a custear esses procedimentos, mediante cobrança de valor abusivo.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens **105** e **106** quanto aos fatos, atos e negócios jurídicos.

105 O prazo prescricional para se pleitear a anulação será de cinco anos, a contar da data da celebração do negócio jurídico viciado.

106 Trata-se de estado de perigo.

De acordo com o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, julgue os itens **107** e **108**.

107 Conforme o Superior Tribunal de Justiça, as disposições do Código de Defesa do Consumidor devem ser aplicadas aos contratos de plano de saúde, mesmo nas hipóteses de autogestão.

108 Na hipótese de danos causados por fato do produto ou do serviço, o prazo prescricional da ação de reparação de danos materiais e morais será de cinco anos, a contar do conhecimento do dano e de sua autoria.

Com relação aos registros públicos e aos contratos bancários, julgue os itens **109** e **110**.

109 Suponha-se que João tenha prometido vender sua casa à Maria se encontrasse, na matrícula do imóvel, o registro de apenas um terreno. Nesse caso, João deverá, antes de registrar compra e venda, promover a averbação da construção, criando, assim, uma sequência cronológica lógica dos fatos relativos ao imóvel, em respeito ao princípio da continuidade.

110 O contrato bancário por meio do qual o banco antecipa ao cliente o valor do crédito que este titulariza perante terceiro, como as duplicatas, as notas promissórias etc., em regra não vencido, e recebe em cessão denomina-se desconto bancário.

Acerca dos recursos, julgue os itens **111** e **112**.

111 Suponha-se que tenha havido interposição de recurso extraordinário em face de determinado acórdão, sendo que a questão levantada nesse recurso foi reconhecida para fins de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse caso, mesmo antes de ser pautado o julgamento, a parte recorrente não poderá desistir do recurso extraordinário, diante da prevalência do interesse público no julgamento da repercussão geral.

112 Suponha-se que, em face de uma determinada sentença, uma parte tenha apresentado embargos de declaração e a outra, recurso de apelação. Nesse caso, uma vez julgados os embargos de declaração, o recurso de apelação ficará prejudicado, devendo a parte apelante ratificar o recurso anterior ou apresentar novo recurso de apelação.

Julgue os itens **113** e **114**, relativos aos sujeitos do processo, a seus deveres e a seus procuradores.

113 Suponha-se que determinada decisão judicial tenha sido descumprida dolosamente pela autoridade administrativa competente de uma autarquia federal. Nesse caso, o procurador autárquico do feito também poderá ser responsabilizado por ato atentatório à dignidade da justiça e submetido à multa de 20% sobre o valor da causa.

114 De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não podem ser cobrados, por meio de ação própria, os honorários advocatícios de sucumbência que deixaram, por omissão, de ser fixados na decisão transitada em julgado.

A respeito da advocacia pública e dos recursos extraordinário e especial, julgue os itens **115** e **116**.

115 Suponha-se que um tribunal de justiça estadual tenha julgado procedente ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual de repetição obrigatória e compulsória da Constituição Federal. Nesse caso, cabível será a interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, devendo-se o prazo recursal ser contado em dobro em favor do ente federado.

116 Suponha-se que um tribunal de justiça estadual tenha fixado honorários advocatícios em quantia módica. Nesse caso, conforme a orientação do Superior Tribunal de Justiça, o recurso especial não terá o óbice da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça, que veda a admissibilidade do recurso especial no caso de simples reavaliação de prova.

Quanto aos processos nos tribunais e aos meios de impugnação de decisões judiciais, julgue os itens **117** e **118**.

117 O incidente de assunção de competência é admissível quando envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social e com repetição em múltiplos processos.

118 O incidente de arguição de inconstitucionalidade, controle difuso de constitucionalidade, pode ser arguido pelo relator, após ouvir o Ministério Público e as partes do processo. No entanto, os órgãos fracionários dos tribunais não poderão submeter ao plenário ou a órgão especial a arguição quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

No que se refere aos recursos para os tribunais superiores, julgue os itens **119** e **120**.

119 A sentença proferida pela justiça federal do Acre, em ação condenatória movida por residente no Brasil, em face de organismo internacional, é passível de impugnação por meio de apelação endereçada ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

120 Entre a data de interposição de recurso extraordinário ou especial e a publicação da decisão de sua admissão, o pedido de efeito suspensivo deverá ser requerido diretamente ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal de justiça ou do Tribunal Regional Federal.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

É preciso refletir sobre a importância dos conselhos profissionais. Conselhos também defendem os interesses da sociedade, regulamentando o exercício ético da profissão e punindo os maus profissionais, com a possibilidade, inclusive, de cassação de seus registros profissionais.

Internet: <www.metropoles.com> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

O controle do Tribunal de Contas da União sobre os conselhos profissionais

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) classificação do controle exercido pelos tribunais de contas;
- b) natureza jurídica dos conselhos profissionais;
- c) sujeição dos conselhos profissionais ao controle do Tribunal de Contas da União;
- d) natureza jurídica das receitas decorrentes das anualidades; e
- e) controle das decisões dos tribunais de contas.